

ESPECIALISTAS EM SAÚDE E TRIBUTAÇÃO DISCUTEM MEDIDAS FISCAIS

A ACT Promoção da Saúde participa, em 21 de agosto, às 15h30, na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (Plenário 3), de audiência pública para debater tributação sobre produtos que causam danos à saúde, como tabaco, álcool e bebidas açucaradas, relacionados às doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), que englobam doenças circulatórias e respiratórias crônicas, alguns tipos de câncer e diabetes.

A audiência é uma iniciativa da deputada Érika Kokay, e vai reunir especialistas, como o autor da principal proposta da Reforma Tributária em tramitação, Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal; a advogada tributarista Thatiane Piscitelli, da Fundação Getúlio Vargas; Marcos Mendes, consultor legislativo do Senado Federal, além de Paula Johns, diretora geral da ACT.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o tabaco é responsável por oito milhões de mortes por ano, globalmente, enquanto três milhões de pessoas morrem a cada ano devido ao consumo de álcool. O consumo de açúcar está relacionado à crescente carga de doenças causadas pela obesidade e pelo diabetes, responsáveis por cerca de seis milhões de mortes a cada ano.

Quando bem projetados, os tributos são eficazes na redução do consumo desses produtos, pois levam a um aumento de preço, cuja resposta é a diminuição do consumo, o que os torna menos acessíveis, especialmente entre os menos ricos e jovens.

O controle do tabagismo serve de modelo para os demais fatores de risco das DCNTs. Estudos nacionais e internacionais, e a própria experiência brasileira, mostram que o aumento de preços e impostos é considerado a medida mais eficaz para prevenção e redução de consumo de cigarros, sendo recomendado no artigo 6 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tratado ratificado por 181 países, inclusive pelo Brasil.

A audiência pública é parte do 12º Seminário Alianças Estratégicas, da ACT Promoção da Saúde, que acontece de 19 a 22 de agosto, em Brasília, e reúne cerca de 170 representantes de organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e universidades, atuantes em promoção de políticas públicas em áreas de saúde, nutrição, direitos humanos e do consumidor, educação, assistência a pacientes, atividade física, entre outras.

PRINCIPAIS PROJETOS DE LEI RELACIONADOS ÀS DCNTs

A seguir, alguns projetos de lei que monitorados pelas redes formadas por organizações da ACT e da Aliança pela Alimentação Adequada e Saúde, movimento formado pela ACT, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e outras organizações:

Tabaco:

- **PLS 769/15 (Senado)** – Proíbe totalmente a propaganda de cigarros em pontos de venda, o uso de aditivos de sabor e estabelece como infração gravíssima o ato de fumar em veículos com menores de idade e gestantes, além de aumentar o destaque das advertências sanitárias nos maços de cigarros.
- **PL 2898/2019 - CIDE Tabaco (Senado)** - Institui a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente sobre a fabricação ou importação de tabaco e seus derivados, para o custeio de ações de tratamento aos doentes vítimas de tabagismo.

- **PLP 4/2015 - CIDE Tabaco**
(Câmara dos Deputados) - Institui a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente sobre a importação ou comercialização de sucedâneos manufaturados do tabaco.
- **PL 1744/2015 (Câmara dos Deputados)** – Institui a adoção de embalagens padronizadas nos produtos fumígenos, derivados ou não de tabaco

Alimentação

- **PL 2183/2019 - CIDE Refrigerante (no Senado)** - Institui a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucaradas, que será repassado diretamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) por meio do Tesouro Nacional.
- **PL 1755/2007 (Câmara)** - Proíbe a venda de refrigerantes em escolas de ensino básico
- **PL 346/2108 (Senado)** - Proíbe a venda de refrigerantes em escolas de ensino básico
- **PL 8541/2017 (Câmara)** - Aumenta a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a importação ou saída de bebidas não alcoólicas adoçadas com açúcar.
- **PL 6670/2016 (Câmara)** - Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA

Para mais informações, entre em contato:

Anna Monteiro
21- 98152-8077
anna.monteiro@actbr.org.br